

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Coordenadoria de Licitações

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

SAP Nº 1000000153

INTERESSADO: GERÊNCIA DE ENGENHARIA MARÍTIMA

ASSUNTO: SRP - Aquisição de defensas de borracha e todos os acessórios de segurança, tais como suportes de corrente, manilhas, parafusos, painéis, arruelas, porcas, chumbadores, corrente de peso e cisalhamento e esticadores ajustadores de correntes.

Impugnante: ANDINO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.792.159/0001- 14, com sede em Rua Jose A Cancado Bahia, nº 199, CEP: 32.210-130 – Contagem - MG

Nos termos do item 6 e seguintes do Pregão Eletrônico nº 153/2025 - SAP Nº 1000000150, foi recebida a presente impugnação apresentada pela Empresa **ANDINO LTDA**

Preliminarmente, cumpre destacar que em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação e tempestividade, conforme fazem prova os documentos acostados ao presente Processo de Licitação, uma vez que a impugnação da interessada foi encaminhada em 12 de março de 2025, portanto, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da abertura da sessão nos termos do item 6.1. do Edital.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Coordenadoria de Licitações

De:	"Hellen Souza" <hellensouzagomes1984@gmail.com>
Para:	pregaoeletronico@appa.pr.gov.br (Mais)
Data:	12/03/2025 17:08
Assunto:	IMPUGNAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO SAP Nº 1000000153 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2024
Anexos:	3 arquivos :: Baixar todos de uma vez — CNH Roland.jpeg (172.93 KB) — Impugnação assinada .pdf (303.07 KB) — CNPJ.pdf (262.88 KB)

Em razão da natureza exclusivamente técnica das alegações, este pregoeiro enviou à área responsável a impugnação proposta, para a análise necessária.

1. DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, as justificativas da impugnação estão alicerçadas em exigências de documentos de habilitação que o Edital, pois segundo a impugnante, a exigência estampada no item 11.5.1.2 que exige do proponente primeiro classificado a apresentação, sem ônus para a APPA, dos **relatórios/laudos dos ensaios de durabilidade (Durability Test Report) já efetuados e dos certificados emitidos por sociedade classificadora reconhecida pela Marinha do Brasil, em conformidade com a PIANC “Guideline for the Design of Fender Systems: 2002”, mostra-se restritiva à competitividade e mereceria ser revestida ou apontada justificativa robusta.**

2. Das respostas à impugnação

Importa destacar que a ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, por tratar-se de empresa pública (estatal), é regida pela lei nº 13.303/2016 e seu REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (RILC), **não** estando sujeita às regras da Lei nº 14.133/2021, leis gerais que regem as licitações e contratações públicas.

Destaca-se que a área técnica responsável, ao analisar os apontamentos feitos pela ora impugnante, não acatou o pedido de impugnação, se manifestando nos seguintes termos:

No que tange o item 19.2.6. do Termo de Referência, tem-se o seguinte.

Por definição, defensas são utilizadas em Portos para absorver parte da energia de atracação dos navios no cais, além de manter estes navios afastados com segurança das estruturas portuárias enquanto amarrados (adaptado de *Guidelines for Design of Fenders System* - PIANC, 2002) – logo, possuem uma interação direta entre o a infraestrutura portuária e o navio.

Um fator de grande importância na utilização de defensas é a própria segurança a qual ela está relacionada. O emprego de defensas portuárias adequadas garante segurança às pessoas que trabalham no entorno (e.g. amarradores de navios), mas também atuam na prevenção de danos a infraestrutura civil portuária, danos ao próprio navio e danos ao meio-ambiente (adaptado de *Guidelines for Design of Fenders System* - PIANC, 2002).

Conforme apresentado no próprio site da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (<https://www.marinha.mil.br/dpc/sociedades-classificadoras#topbar>), as sociedades e entidades classificadoras são organizações reconhecidas com Delegação de Competência estabelecida de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades

Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro – NORMAM 06, na implementação e fiscalização da correta aplicação dos requisitos das Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil e Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental.

Extrai-se da NORMAM-06/DPC, item 0201 que:

*“O reconhecimento para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira será relativo à **realização de testes**, medições, cálculos, vistorias, **inspeções**, auditorias em empresas de navegação, embarcações e **estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas** e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, **previstos nas Convenções e Códigos Internacionais e nas demais normas nacionais aplicáveis.**”*

Diante do exposto, uma vez que defensas portuárias são elementos os quais desempenham função primordial na segurança das operações portuárias, navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, a não exigência exclusiva de certificados emitidos por sociedades classificadoras reconhecidas pela Marinha do Brasil incumbiria em descumprimento às Normas da Autoridade Marítima, as quais esta Autoridade Portuária tem o dever de respeitar, além de possibilitar a participação de proponentes com certificados com grau de confiabilidade comprometido, podendo causar riscos à segurança em relação aos usuários, infraestrutura marítima e meio-ambiente.

Adicionalmente, cabe ressaltar que atualmente há um total de 08 (oito) Sociedades Classificadoras distintas atuantes e reconhecidas pela Marinha do Brasil. De modo que as certificações reconhecidas por quaisquer uma destas sociedades serão suficientes para o pleno atendimento dos critérios elencados.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Coordenadoria de Licitações

3. CONCLUSÃO

Assim, em face das razões expendidas acima, sem nada mais evocar, conheço da impugnação e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo incólume as disposições editalícias, assim como inalterada a data do certame para o dia 19 de março de 2025.

Paranaguá, 18 de março de 2025.

Angelo Geraldo Bochenek

Pregoeiro e Coordenador de licitações.